

Estatização é mais um dogma que cai

Eterno divisor de águas entre candidatos e partidos políticos no Brasil e ponto que certamente ajudará a definir as alianças a serem formadas no segundo turno, a presença maior ou menor do Estado na economia foi um dos temas mais polêmicos da campanha presidencial.

Para dificultar ainda mais as previsões em relação aos blocos que se formarão para o segundo turno, há o fato de os conceitos em relação à privatização e à estatização terem sido mais um tabu quebrado durante a campanha. Antigas fronteiras programáticas entre direita, centro e esquerda foram desconsideradas, ficando evidente novos pontos de vista que demonstram, no fundo, que nenhum dos candidatos é totalmente privatista ou inteiramente estatizante, seja o social-democrata Mário Covas ou o petista Lula.

Pela primeira vez, a esquerda (representada pelo PT, PCB, PC do B, PSB e PDT) abandonou dogmas estatizantes e juntamente com a presença do Estado em setores básicos como educação e saúde, discutiu a eficiência das empresas estatais e até mesmo o enxugamento da máquina administrativa como um dos passos no rumo do combate ao déficit nas contas públicas.

Um dos marcos dessa revisão foi a declaração surpreendente do comunista Roberto Freire, segundo a qual

“não há mais espaço para mitos como os que confundiam socialismo com estatismo”, e a afirmação do Deputado César Maia, assessor econômico de Leonel Brizola, segundo a qual “a esquerda tem que se conscientizar de que a matriz na sociedade moderna é o Estado mínimo”. Em contrapartida, o candidato liberal Afif Domingos também inovou ao abandonar a tecla de que a privatização é o caminho para vencer a crise: “o Estado liberal é um Estado forte, não é o Estado mínimo como muita gente pensa”.

Frente a posturas tão surpreendentes, o eleitorado se vê diante de um novo quadro ideológico. Para acrescentar novos ingredientes à polêmica, alguns desses “revisionistas” acham que a iniciativa privada, por sua vez, deve se modernizar e atuar de forma independente do Governo, isto é, sem os subsídios e os incentivos fiscais que hoje lhe são concedidos. Segundo estes candidatos, os recursos do Estado seriam alocados exclusivamente no setor público. De acordo com essas declarações, no caso de um destes candidatos vir a ocupar o Palácio do Planalto, seria o fim da política denunciada há anos pelo então Ministro Delfim Neto, segundo a qual os empresários reclamavam da interferência do Estado na economia mas “viviam mamando nas tetas” do Governo.